

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS EM HISTÓRIA COMPARADA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Trends and Perspectives in Comparative History in the Field of Education

Wenceslau Gonçalves Neto
Carlos Henrique de Carvalho

RESUMO

O crescimento da produção de trabalhos sobre a História da Educação brasileira tem sido significativo principalmente a partir da década de 1980, o que foi possibilitado, entre outras coisas, pela identificação e utilização de fontes primárias disponibilizadas em arquivos nacionais ou pelo esforço individual dos pesquisadores e pela entronização de referencial teórico-metodológico inovador, permitindo o surgimento de estudos locais e regionais, abordando novos temas, a partir de enfoques variados e repensando certos conhecimentos formulados pelos pioneiros da historiografia educacional brasileira. Este avanço tem possibilitado uma grande troca de experiências entre os pesquisadores, por meio de publicações e participações em congressos, sendo já reclamada a composição de novas sínteses para a História da Educação no Brasil. No bojo dessa nova configuração da produção histórico-educacional, estamos propondo que seja retomada a prática da história comparada na área da História da Educação, destacando sua importância e limitações, bem como a parca produção desse tipo de investigação no Brasil. Chamamos a atenção também para a necessidade da ampliação do universo de estudo, para além da realidade nacional, o que comporta projetos que envolvam a transformação da educação em multiníveis, com a participação de grupos de pesquisa de composição transnacional.

Palavras chave: Educação comparada – História da Educação – Comparação em multiníveis

ABSTRACT

The expansion of investigations in Brazilian's Education History has been significant mainly in the decade of 1980, it was possible for the identification and using of primary sources available in national archives or for investigators individual effort and for the introduction of innovative theoretic-methodology referential, allowing the sprouting of local and regional studies, approaching new subjects, from varied approaches and rethinking knowledge formulated by the pioneers of the Brazilian historiography education. This advance has made possible a great exchange of experiences between the searchers, through publications and participation in congresses, it has being already complained the composition of new syntheses for Education History in Brazil. In the interior of this new description-educational configuration production, we are considering that compared history methods must be retaken in the Education History area, detaching its importance and limitations, as well as the rare production of this type of investigation in Brazil. We, also, call the attention for the necessity of a expansion of the universe on this study, for beyond national reality, that holds projects that involve multilevel in education transformation, with the participation of transnational search groups.

Key Words: Comparative Education - Education History - Multilevel Comparison

* Doutor em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade Federal de Uberlândia. Email: wenceslau@ufu.br.

** Doutor em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: chc@ufu.br.

A História da Educação no Brasil tem se expandido com bastante rapidez, resultando em um número significativo de investigações que têm sido publicadas ou apresentadas em congressos da área, multiplicando e diversificando os olhares para a sua compreensão. E este movimento não tem se concentrado apenas nos centros tradicionais de geração de conhecimento, mas tem se expandido por todo o país, com a formação de grupos de pesquisa disseminados principalmente pelos programas de pós-graduação em educação.

Nesse processo, novos objetos foram sendo incorporados à análise, avançando-se para o estudo das disciplinas e das instituições escolares, dos métodos de ensino, do disciplinamento e da higiene, da arquitetura, do cotidiano escolar, da sociabilidade que se estabelece no ambiente escolar, etc. Em função desses resultados, mesmo as periodizações estabelecidas por décadas vêm sendo confrontadas e novas delimitações de tempo são propostas para temáticas, regiões, etc. Esse dinamismo tem sido alcançado primordialmente pelo uso de fontes primárias e secundárias disponibilizadas pelos arquivos públicos e particulares que têm se difundido pelo Brasil, demonstrando cuidados pela preservação da memória e do patrimônio históricos. Mas também tem sido viabilizado pela utilização de variados métodos de pesquisa, como a incorporação da história oral e de outros referenciais na área da história cultural, etc. A entronização da nova história na área da História da Educação tem produzido excelentes frutos e animado o debate.

Diversos esforços vêm sendo feitos no sentido de se contabilizar e organizar essa produção, de forma a torná-la disponível para os pesquisadores, permitindo avançar os estudos para além do que foi feito, possibilitando uma produção sempre original e não marcada pela simples repetição teórica ou metodológica.

Estas iniciativas têm projetado a necessidade da composição de trabalhos de síntese no conjunto da sociedade brasileira, inclusive na área de História da Educação. A quantidade e a dispersão da produção tornam extremamente difícil ao pesquisador conseguir acompanhar o que se está produzindo, dentro de sua especialidade, no contexto nacional. Têm sido constantes os apelos pela formação de grupos de estudo que se debrucem, agora, à formação de sínteses para que se possa retomar uma unidade mínima de compreensão sobre o novo cenário construído, mas não organizado, da educação brasileira. Como dissemos, as novas pesquisas trouxeram um volume muito grande de informações que muitas vezes solapam as grandes interpretações do passado, que costumavam tomar a realidade dos estados mais desenvolvidos da federação como a referência para a análise do país. Nas novas sínteses, quando se concretizarem, encontraremos interpretações que em muito se diferenciarão daquelas que aprendemos nos bancos escolares ou em leituras ainda recentes.

Estas reflexões se colocam para justificar a chamada de atenção para uma outra frente de trabalho, de caráter metodológico, que também pode se tornar bastante rica para o estudo da História da Educação brasileira, mas que tem sido pouco utilizada em nosso meio. Referimo-nos à prática da história comparada. Apesar de boa parte das nossas análises fluírem ou confluírem em torno da comparação, principalmente no momento de estabelecermos a singularidade de nossos objetos, pouco tem sido feito neste setor, sendo raros os estudos comparativos entre nós.

Assim como está sendo sentida a necessidade de se proceder a novas sínteses da História da Educação brasileira, para a continuidade na geração de conhecimento original ou o repensar sobre temas e períodos já tratados, será importante a incorporação de novos métodos de trabalho. E, nesse particular, assim como as inovações metodológicas dos anos 1980 e 1990 foram fundamentais para a reconfiguração da nossa história da educação, acreditamos que a história comparada poderá oferecer significativa contribuição.

Neste sentido, tomando a heterogeneidade do universo educacional brasileiro, estamos pensando numa proposta de trabalho que junte as análises local e regional buscando novos ângulos de compreensão da realidade brasileira, sem, no entanto, perder de vista o contexto nacional, expandindo as categorias identificadas localmente, estabelecendo pontos de comparação com realidades semelhantes ou díspares e repensando o processo de formação do sistema de ensino no Brasil. Da mesma forma, se tomarmos como referência a universalização de um conjunto de categorias sociais comuns na segunda metade do século XIX e início do XX, levando ao que chamamos atualmente de sociedade globalizada, excedendo nossas fronteiras, podemos propor pontos de comparação entre localidades, regiões e nações, num universo "homogeneizado", por exemplo, pelo movimento da escolarização que se dissemina nessa mesma época. A comparação não se limita a limites unicamente geográficos.

No nosso caso, estamos iniciando um diálogo entre a história da educação brasileira e portuguesa, pela análise das condições de formação dos sistemas de instrução pública no nível municipal, na segunda metade do século XIX, momento em que nos dois países encontramos uma legislação descentralizadora da gestão da instrução, remetendo aos municípios grande parte da responsabilidade pelo ensino. Tal estudo, esperamos, permitirá alargar a compreensão que até recentemente se tomava de buscar a compreensão da educação brasileira a partir do processo de formação desses sistemas nos estados federados e em Portugal pela análise das propostas do governo central. É a partir desse trabalho de história comparada que estamos apresentando a presente reflexão.

INCURSÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

A necessidade de se colocar em evidência os estudos comparados para as pesquisas na área da História da Educação, no entanto, expõe também a importância de se promover algumas demarcações, sobre possibilidades e limitações da utilização dessa metodologia, necessárias para sua adequada implementação.

Antes de mais nada, devemos estar cientes de que a extensão de olhares de estudo a cenários, épocas ou temáticas, buscando aproximações ou distanciamentos, dentro de uma perspectiva comparada, exige cuidados especiais, além dos costumeiros na atividade investigativa.

Temos a tendência a pensar, quando nos referimos a comparações no campo da história, em fenômenos que têm sua similitude ou diversidade mais ou menos “explícitas”. O que remete à busca de temas que possam ser trabalhados em regiões diferentes que o tenham em seu processo de desenvolvimento em períodos mais ou menos semelhantes. Outras vezes, procuramos identificar a emergência de determinados fenômenos em diversas localidades, na busca de um elemento comum que as interligue e permita interpretações diferenciadas, etc. No entanto, temáticas comuns em regiões geográficas diferentes não as tornam por si mesmas comparáveis, nem a ocorrência de fenômenos semelhantes em períodos históricos próximos os tornam mais iguais. O ponto de referência não pode ser unicamente o espaço ou o tempo. A esse respeito, é interessante lembrar o alerta de Dermeval Saviani (2001, p. 7), a partir de uma análise filológica do termo comparar: “... compreender a *comparação* como um procedimento intelectual caracterizado por um potencial crítico mas que, ao mesmo tempo, traz consigo o risco de juntar elementos não suscetíveis de serem reunidos efetuando aproximações indevidas”. Além disso, a percepção e a busca das diferenças pode ser mais significativa do que de semelhanças no processo de pesquisa. E o conjunto das diferenças e semelhanças identificadas deve ser analisado não apenas pela ótica do período ou região, mas também sob o contexto em que se encontra envolvido, bem como o processo histórico de sua formação.

Assim, continuando com o exemplo de nossa proposta investigativa atual, quando buscamos um estudo do processo de formação da educação no município português, tomando como contraponto o seu similar no Brasil, não estamos nos referindo apenas ao período (final do século XIX) ou a regiões que se envolvem na formação de um sistema de ensino (municípios de Brasil e Portugal), mas estamos tratando também e necessariamente do movimento de difusão da instrução pública que ocorre no mundo ocidental (e para além dele, como o caso do Japão) como um todo na segunda metade do século XIX e início do XX, incluindo Portugal e Brasil. Não se trata, portanto, da identificação da ocorrência de fenômenos particulares, mas da verificação da forma como estes espaços geográficos se inserem nesse movimento, as políticas que adotam, as especificidades e homogeneidades presentes, a realidade que os embasa, as conseqüências que geram, etc. Essa percepção remete a uma “teoria do sistema mundial”, buscando compreender as macro-estruturas sociais do final do século XX, que só podem ser compreendidas, no caso da educação, retornando-se ao processo de difusão das ideologias e sistemas escolares modernos que ganham aceitação transnacional na segunda metade do século XIX e principiar do XX. No entanto, de acordo com o que dissemos acima, sobre a busca das diferenças e a necessidade da comparação, “isto não implica que o fenômeno da modernidade seja automaticamente sinônimo de uma adoção mundial de padrões uniformes de significação e organização” (Schriewer, 2000, p. 110).

Partindo do princípio que a “comparação é a base de quase todas as formas de pesquisa” (Bray & Thomas, 2000, p. 127), julgamos conveniente estabelecer categorias de análise que nos permitam promover

aproximações ou distanciamentos nas realidades em estudo, por exemplo, compreender como portugueses e brasileiros definem sua trajetória ao longo do tempo e no espaço, marcados por certas características comuns, como língua e experiência histórica e também por condições extremamente desfavoráveis no que se refere à instrução, como analfabetismo em níveis elevados. Na área da educação, a prática da comparação pode trazer bons frutos, na medida que permite estender a compreensão do processo de sua formação em diferentes situações. A esse respeito, anota António Gomes Ferreira (1999, p. 124):

... a comparação está, diríamos, omnipresente em educação, pois, sempre que procuramos compreender onde nos inserimos recorremos a outros contextos onde se desenvolvem realidades parecidas. A comparação é seguramente uma forma de alcançar um novo saber e a Educação Comparada quer que este se construa sobre factos que pertencem à realidade educativa de modo a dar a esta uma compreensibilidade que a simples análise num só contexto não permite.

No nosso caso, trata-se de estabelecer esse campo de análise sobre um terreno já carregado de significações conjuntas, qual seja, um universo marcado pela língua e pela experiência histórica comuns, chamado por António Nóvoa (2000, p. 127) de espaço da lusofonia: “Uma dessas realidades – que tenho vindo a procurar construir como objecto de estudo – é essa comunidade imaginada que dá pelo nome imperfeito de *lusofonia*. Aqui, a possibilidade de um pensamento histórico e comparado torna-se tão evidente que nos espantamos com a ausência de estudos e pesquisas”.

Nessa mesma linha, chamando a atenção para a proximidade das comunidades lusófonas e da importância de estudos que abarquem temáticas que envolvam esse novo espaço geo-cultural, tomamos a observação de Justino Magalhães (2004, p. 41), agora referindo-se especificamente a Brasil e Portugal e o século XIX:

O século XIX ficara marcado por ciclos comuns de um e de outro lado do Atlântico – uma mesma ação de vulgarização e estruturação da cultura escolar junto dos diversos públicos, através da multiplicação da rede (na base de uma paróquialização) e da articulação entre a gratuidade e a obrigatoriedade; através de uma mesma resposta aos factores de resistência; através de uma mesma estrutura inspeccional.

No caso brasileiro, essa idéia de estudos multilocais no espaço da lusofonia torna-se duplamente interessante. Primeiro, por ampliar o campo de estudo, estabelecendo como referenciais não fronteiras geográficas específicas, mas elementos lingüísticos e culturais, o que redundará em novos olhares e conclusões estimulantes para as diversas comunidades que se inserem nesse novo espaço. Segundo, porque permite a utilização de pesquisas empíricas, promovidas em regiões pouco estudadas, que diferenciam ou confirmam os estudos referenciais da História da Educação nacional, promovendo um enriquecimento na compreensão da realidade brasileira. Conjugam-se, nesse caso, aspectos locais e universais (lusofonia, no caso) em substituição ao nacional, de difícil estabelecimento, dadas as diversidades do país. Com relação a isso, é interessante reportarmos-nos a Denice Barbara Catani (2000, p. 147):

A propósito das características da produção brasileira, é possível dizer que a mesma tendem, em grande parte dos estudos realizados, a concentrar-se no exame de práticas, processos e instituições constituídos nos estados mais desenvolvidos do país tomando, muitas vezes, o conhecimento dessas realidades pelo conhecimento de toda a situação brasileira. A possibilidade de conhecer a história da educação a partir das condições dos estados menos desenvolvidos, como os do norte e nordeste do país, só mais recentemente se vem concretizando e um exame atento da produção científica, nessa área atesta o empenho dos pesquisadores em suprir essa carência.

Acrescentaríamos a essa citação a observação de que mesmo em estados onde a história da educação já tenha contado com estudos mais acurados ainda restam lacunas importantes a serem preenchidas. Nesse caso, destacamos o estudo da região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, que vem sendo desbravada pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, do qual fazemos parte e que tem permitido lançar novos olhares sobre a História da Educação Mineira e nacional, dentro daquilo que a mesma Denice

Catani (2000, p. 148) complementa: "... dar conta de apreender, ao mesmo tempo, processos locais e processos mais amplos".

Percebe-se por essa discussão, além do alargamento das vizinhanças ou do encurtamento das distâncias no campo de estudo, um estímulo à ocorrência de investigações de maior abrangência que permitam escapar das citadas categorias do "local" ou do "nacional", tomados isoladamente. É necessário compreender o processo de difusão da escolarização, como já dissemos, numa perspectiva universal, que integre e supere as dimensões "local" e "nacional". E para isso os estudos comparativos oferecem especial contribuição. No entanto, como assinalou Nóvoa para o caso de Brasil e Portugal (e outros espaços lusófonos), muito ainda precisa ser feito.

Dermeval Saviani (2001, p. 11) se pergunta se "haveria entre nós algum estudo claramente situado no âmbito da história comparada da educação", indicando apenas um trabalho de seu conhecimento no momento em que escreve. Mas, precisamos lembrar que a "escassez de estudos comparativos não é privilégio do Brasil" (Vidal, 2001, p. 36). Portanto, estamos diante de uma tendência que se reabre para os pesquisadores da área, agora afugentando diversos vícios do passado que acompanharam os métodos comparativos na história. É no interior dessa tendência que se inscrevem nossas preocupações investigativas.

Peter Burke, ao discutir questões de modelos e métodos na História, observa que a prática da comparação sempre ocupou lugar privilegiado na teoria social mas, ainda assim, os historiadores tendem pela sua rejeição, justificando essa atitude pelo que consideram o fulcro de suas investigações que é a busca do específico, do irrepetível. Embora não discorde dessa forma de trabalho, o autor demonstra que, para se conseguir alcançar o que são fatos, realidades, temáticas únicas, é necessário descobrir no que eles diferem de outros fenômenos similares, o que remete à necessidade da comparação, implícita ou explícita. O cerne da questão, em sua opinião é: "Observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum, entretanto, é, sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si. De qualquer modo, também a separação depende de uma fase comparativa prévia" (Burke, 2002, p. 41).

Para Burke, os principais riscos que se apresentam no uso da comparação referem-se, em primeiro lugar, à tentação de se aceitar que as sociedades se desenvolvem em estágios, o que pode induzir o pesquisador à formulação de uma história evolutiva, estabelecendo-se "modelos" aos quais as realidades em estudo são comparadas. É preciso atentar para a necessidade de se fazer análises que levem em conta as possibilidades de cada formação social, sem aproximações evolucionistas, mas, também, dinâmicas, não estáticas. Em segundo lugar, existe o risco do etnocentrismo, ao se estabelecer um determinado local como referência para análise, como se costuma fazer, por exemplo, com o Ocidente. O conhecimento cada vez maior das culturas nos últimos anos contribui para minimizar os perigos desse desvio, mas não o elimina como todo. Além disso, Burke (2002, p. 44-45) ainda alerta para a necessidade de se analisar com precisão o que se deve comparar e com o quê. Essa decisão deve ser cercada de cuidados, para se evitar, entre outros problemas, a superficialidade.

Esse último aspecto, uma espécie de "suspeita" da homogeneidade do que se pretende comparar, foi bem anotado por Silvina Gvirtz (2001, p. 25), referindo-se a um projeto de pesquisa conjunto sobre o estudo da Escola Nova no Brasil e na Argentina:

Así, la comparación se limitaba a la enumeración de eventos que tuvieron lugar en uno y otro país, pero a poco de andar reparamos en el error: no bastaba encontrar la mención a 'Nueva Escuela' para que se tratara de procesos comparables, ni si quiera hacer referencia a una misma época era suficiente. Por un lado, procesos similares ocurrían a destiempo en Argentina y Brasil y, por otro, en un país y el otro asumían modalidades particulares de acuerdo con la especificidad de sus características sociales, políticas, económicas.

Cientes dos riscos, precisamos nos acautelar também com relação à extensão dos objetos a serem investigados. Se o estudo de uma realidade já se apresenta por vezes bastante complexo na definição de suas especificidades e sua inter-relação com um contexto mais amplo, tanto em termos de espaço como de tempo, a adição de realidade similar/diferente amplia os riscos de se perder uma visão de conjunto sobre os objetos em estudo. Nesse sentido, é necessário delimitar com clareza, como disse Peter Burke, o que e o como comparar, para evitar desvios que poderiam comprometer os frutos da pesquisa. E aqui

acrescentaríamos uma última recomendação, bastante útil na utilização desse método, para se afastar o perigo da superficialidade: “Precaução básica é a de conhecer bem o que se pretende comparar” (Cardoso & Brignoli, 1983, p. 415).

Também deve estar presente a preocupação em estabelecer no presente e no futuro trocas de experiências com pesquisadores que trabalham com estudos similares, tanto quanto ao método como com relação a temáticas e períodos. E, se possível, programar ações conjuntas, que amplificarão os resultados e permitirão uma compreensão mais ampliada da História da Educação, no nosso estudo, tanto brasileira como portuguesa. Essa preocupação com a formação de grupos de pesquisa para a prática da comparação em educação tem se manifestado nos dois lados do Atlântico, e não se refere apenas, no caso português, aos estudos luso-brasileiros ou ao espaço da lusofonia. António Nóvoa (1993, p. 18), por exemplo, assim se expressa:

A historiografia portuguesa da educação pode encontrar neste campo um importante ponto de expansão e de renovação das suas práticas, nomeadamente por via de uma referência ao espaço europeu, de uma cooperação no espaço latino-americano e de uma ligação às realidades dos países africanos de expressão portuguesa.

Dermeval Saviani (2001, p. 13) também avança na perspectiva da formação de grupos de pesquisa multinacionais nos quais os pesquisadores brasileiros tivessem participação, sem se limitar a universos determinados, como as já citadas relações luso-brasileiras:

Daí, a expectativa então enunciada de que sobre a base do grau já atingido de desenvolvimento do intercâmbio científico e contando com a já avançada organização institucional dos historiadores da educação, se inaugure uma nova etapa representada pela implementação de projetos conjuntos de investigação sobre temas ou problemas de interesse comum. Essa nova etapa constituiria, sem dúvida, um terreno propício para se instaurar consistentes linhas de pesquisa no campo da história comparada educação.

Já Rogério Fernandes (2004, p. 513 e 528), em termos mais pragmáticos e retomando o discurso do aprofundamento das pesquisas no espaço da lusofonia, apresenta um elenco de possibilidades de estudos conjuntos, como o ensino de leitura, envolvendo catecismos, silabários, livros didáticos, etc, especificamente para Brasil-Portugal. Sua justificativa:

Nesse quadro, pareceu-me que poderia ser útil mapear os pólos mais importantes da investigação científica em Portugal nesse último campo [História da Educação], com vista a contribuir para a abertura de perspectivas a eventuais trabalhos conjuntos e ao estabelecimento de roteiros comparativos”. E conclui: “Essas e outras perguntas justificam a admissão de que se entrecruzam os caminhos da nossa investigação histórico-educacional.

Ainda do ponto de vista metodológico, há que se preocupar com os instrumentos de análise, que permitem organizar os dados, estabelecer aproximações e inferir conclusões. Como já foi observado, a presença de poucos estudos de caráter comparativo na área de História da Educação brasileira limita a utilização de algum referencial testado para a implementação de pesquisas comparadas. E isto, inclusive, nos aponta para mais uma responsabilidade, qual seja de definir instrumentos que possam contribuir também para pesquisas futuras e não apenas resolver os problemas do presente. Tratando de projeto que teve a participação da Universidade de São Paulo e que envolveu pesquisadores portugueses, brasileiros e moçambicanos, Denice Barbara Catani (2000, p. 148) chama a atenção para a importância dessas pesquisas, entre outras coisas, por “exigir que se construam instrumentos comuns de investigação, bem como de tratamento e críticas das fontes, além da própria criação de categorias de análise”. A concretização de estudos comparados em educação, dada a comunicação constante entre os pesquisadores, possibilitada pelos periódicos e pelos encontros em congressos, tornará possível disponibilizar os instrumentais metodológicos utilizados, para que possam servir como referência ou ponto de partida para futuros trabalhos no mesmo campo.

Para melhor resultado nos aspectos metodológicos, alertamos ainda, é necessário não desprezar a orientação apresentada por Mark Bray e R. Murray Thomas (2000, p. 127 e seguintes), sobre a importância da utilização da análise comparativa em multiníveis, evitando uma investigação de aspectos estanques, geradores de aferições descritivas e não de análise interpretativa. Estes autores apresentam três dimensões para o estudo comparativo, que se subdividem em vários níveis internos a cada um. A primeira dimensão é geográfica (níveis: regiões do mundo/continentes; países; estados/províncias; distritos; escolas; salas de aula; indivíduos). A segunda refere-se aos grupos demográficos (níveis: etnia; religião; idade; gênero; outros grupos; populações inteiras). A terceira trata de aspectos da educação e da sociedade (currículo; métodos de ensino; financiamento educacional; estruturas administrativas; mudança política; mercado de trabalho; outros aspectos).

Estas indicações interessam-nos particularmente pois, nas discussões sobre as proximidades e distanciamentos dos municípios brasileiros e portugueses na formação de seus sistemas de ensino, nossas categorias envolvem diversos aspectos da realidade em estudo, como espaços específicos nos níveis local e internacional, difusão ideológica, análise de questões particulares da educação nos espaços em estudo, como financiamento, mudança política, estrutura administrativa, etc. É preciso dar conta de um conjunto de questões e não simplesmente debruçar-se sobre a questão da educação, como alerta Carlo M. Cipolla (1969, p. 20): “O grau de instrução de qualquer sociedade, seja nacional ou regional, é o resultado de um complexo de fatores inter-relacionados. De facto, a instrução é apenas um aspecto de uma realidade sócio-cultural”. Nosso olhar, ao trabalharmos com a comparação na educação, precisa abranger várias categorias, possibilitando uma compreensão ampliada dos processos educacionais, desprendendo-os de interpretações fechadas, permitindo que diversas imagens sejam formadas a partir de um mesmo olhar. O olhar da comparação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi discutir a importância do uso de estudos comparados para o desenvolvimento da História da Educação brasileira, chamando a atenção para suas possibilidades e para suas limitações. Foi feita uma recuperação da discussão recente sobre esta proposta metodológica, envolvendo questões teóricas e práticas e recomendações de cuidados a serem tomados.

Foi observada a falta de estudos de história da educação comparada ao mesmo tempo que se nota uma busca por este tipo de investigação em diversos centros de pesquisa no exterior e também no Brasil. Notadamente, existe um estímulo específico para os estudos que envolvem os países de língua portuguesa, configurando um novo espaço geo-cultural, o da lusofonia.

Foi destacada, também, a necessidade de tomar a comparação em multiníveis, buscando-se tomar como referência vários fenômenos ou aspectos da educação, envolvendo espaços, períodos, temas, etc.

Consideramos que, tomando-se os devidos cuidados, a prática da comparação deverá trazer resultados altamente significativos para a compreensão ampliada da História da Educação brasileira, tanto na avaliação das diferenças e semelhanças encontradas no contexto nacional, como na perspectiva internacional, o que é possibilitado pela formação de grupos de pesquisa de perfil multinacional, permitindo um intercâmbio produtivo entre instituições de pesquisa histórico-educacionais brasileiras e estrangeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAY, Mark & THOMAS, R. Murray (2000). “Níveis de comparação em estudos educacionais: diversidade de percepções a partir de diferentes literaturas e o valor das análises em multiníveis”. *Contemporaneidade e Educação*, ano V, n. 7, p. 127-149.

BURKE, Peter (2002). *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez (1983). *Os Métodos da História*: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal.

CATANI, Denice Bárbara (2000). “Distâncias, vizinhanças, relações: comentários sobre os estudos sócio-histórico-comparados em Educação”. In: NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (ed.). *A difusão mundial da escola: alunos – professores – currículo – pedagogia*. Lisboa: Educa, p. 143-150.

CIPOLLA, Carlo M (1969). *Instrução e desenvolvimento no ocidente*. Lisboa: Ulisseia.

FERNANDES, Rogério (2004). “A história da educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados”. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro & MENEZES, Maria Cristina (org.). *Rogério Fernandes: questionar a sociedade, interrogar a história, (re) pensar a educação*. Porto: Edições Afrontamento, p. 513-529.

FERREIRA, António Gomes (1999). “Percurso da educação comparada: evolução e construção de identidades”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXXIII, vol. 1, p. 123-155.

GVIRTZ, Silvina (2001). “Alcances y limites de la investigación en la historia de la educación comparada”. *História da Educação*, Pelotas (RS), ASPHE/UFPEL, n. 10, p. 17-30.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). “O elemento civilizatório e a educação nas relações históricas Portugal-Brasil/Brasil-Portugal”. In: FERREIRA, António Gomes (org.). *Escolas, culturas e identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, p. 37-44, vol. 1 (anais do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação).

NÓVOA, António (2000). “Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação”. In: NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (ed.). *A difusão mundial da escola: alunos – professores – currículo – pedagogia*. Lisboa: Educa, p. 121-142.

_____ (1993). “Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal”. In: NÓVOA, António e BERRIO, Julio Ruiz (ed.). *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, p. 11-22.

SAVIANI, Dermeval (2001). “História comparada da educação: algumas aproximações”. *História da Educação*, Pelotas (RS), ASPHE/UFPEL, n. 10, p. 5-16.

SCHRIEWER, Jürgen (2000). “Estados-modelo e sociedades de referência”. In: NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (ed.). *A difusão mundial da escola: alunos – professores – currículo – pedagogia*. Lisboa: Educa, p. 103-120.

VIDAL, Diana Gonçalves (2001). “História da educação comparada: reflexões iniciais e relato de uma experiência”. *História da Educação*, Pelotas (RS), ASPHE/UFPEL, n. 10, p. 31-42.